

Usina Santa Fé  
S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411  
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell  
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil  
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil  
Telefone 55 (16) 2106-6700, Fax 55 (16) 2106-6767  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Usina Santa Fé S.A.  
Nova Europa - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santa Fé S.A. "Companhia" que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Santa Fé S.A. em 31 de março de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de março de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Carlos, 27 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug  
Contador CRC 1SP246035/O-7

## Usina Santa Fé S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.157	49.311	Fornecedores	18	87.787	43.981
Contas a receber de clientes	9	5.345	6.147	Empréstimos e financiamentos com terceiros	19	193.717	184.927
Estoques	10	26.228	23.241	Impostos e contribuições a recolher	21	12.744	12.020
Adiantamentos a fornecedores	11	27.786	26.501	Salários e férias a pagar		12.906	12.670
Impostos a recuperar	13	18.992	13.000	Adiantamentos de clientes		3.337	4.255
Ativo fiscal corrente	14	538	486	Outras contas a pagar		731	243
Instrumentos financeiros derivativos	30	2.733	149	Instrumentos financeiros derivativos	30	3.344	8.436
Outras contas a receber		4.889	2.214				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>110.668</b>	<b>121.049</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>314.566</b>	<b>266.532</b>
Adiantamentos a fornecedores	11	9.003	12.566	Fornecedores	18	1.160	3.757
Depósitos judiciais	15	17.579	17.011	Empréstimos e financiamentos com terceiros	19	386.772	412.559
Impostos a recuperar	13	3.545	3.461	Empréstimos com partes relacionadas	12	17.596	17.832
Ativo fiscal diferido	14	60.663	51.509	Impostos e contribuições a recolher	21	15.285	19.729
Outras contas a receber		5.403	2.025	Instrumentos financeiros derivativos	30	5.455	5.908
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>96.193</b>	<b>86.572</b>	Provisões para contingências	22	20.489	16.651
Ativos biológicos	16	223.167	202.475	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>446.757</b>	<b>476.436</b>
Investimentos		662	662	<b>Patrimônio líquido</b>	23		
Imobilizado	17	301.908	328.182	Capital social		96.592	96.592
Intangível		630	892	Reservas de lucros		5.519	5.519
		526.367	532.211	Reserva de reavaliação		7.019	7.956
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>622.560</b>	<b>618.783</b>	Ajuste de avaliação patrimonial		(82.866)	(82.337)
				Prejuízos acumulados		(54.359)	(30.866)
<b>Total do Ativo</b>		<b>733.228</b>	<b>739.832</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(28.095)</b>	<b>(3.136)</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>761.323</b>	<b>742.968</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>733.228</b>	<b>739.832</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Usina Santa Fé S.A.

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	24	432.487	389.444
Custos dos produtos vendidos	25	(357.709)	(326.204)
Valor justo de ativo biológico	16	7.279	4.479
<b>Lucro bruto</b>		<b>82.057</b>	<b>67.719</b>
Despesas de vendas	25	(17.403)	(16.291)
Despesas administrativas e gerais	25	(29.267)	(30.318)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	26	(7.528)	(8.441)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e variações cambiais líquidas e impostos</b>		<b>27.859</b>	<b>12.669</b>
Receitas financeiras	27	4.171	720
Despesas financeiras	28	(63.818)	(60.352)
Variação cambial líquida	29	(5.169)	14.326
<b>Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas</b>		<b>(64.816)</b>	<b>(45.306)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(36.957)</b>	<b>(32.637)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	10.122	9.027
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(26.835)</b>	<b>(23.610)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Usina Santa Fé S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	2016	2015
Resultado do exercício	(26.835)	(23.610)
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Variação cambial não realizada - <i>Hedge accounting</i>	<u>1.875</u>	<u>(77.800)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>(24.959)</u></b>	<b><u>(101.410)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Usina Santa Fé S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de Abril de 2014</b>	71.592	627	4.892	9.072	(1.840)	(11.068)	73.275
Aumento de capital	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(1.116)	-	1.116	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(2.696)	2.696	-
Perdas líquidos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	(77.800)	-	(77.800)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(23.610)	(23.610)
<b>Saldos em 31 de Março de 2015</b>	96.592	627	4.892	7.956	(82.336)	(30.866)	(3.135)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(937)	-	937	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(2.405)	2.405	-
Ganhos líquidos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	1.875	-	1.875
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(26.835)	(26.835)
<b>Saldos em 31 de Março de 2016</b>	96.592	627	4.892	7.019	(82.866)	(54.359)	(28.095)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Usina Santa Fé S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	(26.835)	(23.610)
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação (agrícola e indústria)	29.871	28.160
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	33.487	37.615
Amortização de Tratos Culturais	33.378	31.536
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	36.622	38.954
Resultado na venda de ativos imobilizados	4.830	5.077
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(7.279)	(4.479)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.122)	(9.027)
Instrumentos financeiros derivativos	(859)	6.594
Juros de empréstimos mútuos provisionados	2.091	4.970
Juros de empréstimos e financiamentos provisionados	52.376	39.010
Provisão para contingências	3.838	236
	151.398	155.036
<b>Variações em:</b>		
Contas a receber de clientes	802	(4.782)
Estoques	(2.987)	(2.866)
Adiantamentos a fornecedores	2.278	24
Impostos a recuperar	(6.127)	(1.694)
Outras contas a receber	(6.053)	38
Depósitos judiciais	(568)	(972)
Fornecedores	41.209	(4.832)
Impostos e contribuições a recolher	(3.720)	4.884
Salários e férias a pagar	236	1.164
Adiantamentos de clientes	(918)	(191)
Outras contas a pagar	488	(577)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	176.038	145.232
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(50.504)	(37.378)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	125.534	107.854
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativos biológicos	(80.277)	(100.942)
Aquisição de intangíveis	(196)	-
Aquisição do imobilizado	(44.592)	(66.993)
<b>Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimentos</b>	(125.065)	(167.935)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	-	25.000
Empréstimos mútuos tomados (partes relacionadas)	826	1.939
Empréstimos mútuos pagos (partes relacionadas) (principal)	(3.154)	(27.817)
Empréstimos e financiamentos tomados	220.102	354.624
Empréstimos e financiamentos pagos (principal)	(243.397)	(259.061)
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) provenientes das atividades de financiamentos</b>	(25.623)	94.685
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	(25.154)	34.604
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	49.311	14.707
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março</b>	24.157	49.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Usina Santa Fé S.A.

### Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos	521.937	438.434
Outras receitas	2.594	586
Valor justo de ativo biológico	7.279	4.479
Resultado líquido de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(48.624)	(12.943)
	<u>483.186</u>	<u>430.556</u>
<b>Insumos adquiridos por terceiros</b>		
Custo dos produtos e das mercadorias vendidas	(146.802)	(100.563)
Outras despesas administrativas	(24.694)	(21.399)
	<u>(171.496)</u>	<u>(121.962)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>311.690</b>	<b>308.594</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>		
Amortizações de entressafra	(36.622)	(38.954)
Depreciações e amortizações	(29.871)	(28.160)
Ativos biológicos colhidos (amortização)	(66.864)	(69.150)
	<u>(133.357)</u>	<u>(136.264)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>178.333</b>	<b>172.330</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	4.171	720
	<u>4.171</u>	<u>720</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b><u>182.504</u></b>	<b><u>173.050</u></b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	79.336	89.628
Benefícios	6.894	8.456
FGTS	7.068	7.378
Honorários dos administradores	1.659	2.142
	<u>94.957</u>	<u>107.604</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	13.692	12.945
Estaduais	30.222	26.586
Municipais	25	15
	<u>43.939</u>	<u>39.546</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	63.818	60.352
Aluguéis / Arrendamentos	1.456	3.484
Variações cambiais	5.169	(14.326)
	<u>70.443</u>	<u>49.510</u>
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	(26.835)	(23.610)
	<u>(26.835)</u>	<u>(23.610)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b><u>182.504</u></b>	<b><u>173.050</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

1	Contexto operacional	12
2	Base de preparação	12
3	Moeda funcional e moeda de apresentação	12
4	Uso de estimativas e julgamentos	13
5	Base de mensuração	14
6	Principais políticas contábeis	14
7	Novas normas e interpretações ainda não adotadas	23
8	Caixa e equivalentes de caixa	24
9	Contas a receber de clientes	24
10	Estoques	25
11	Adiantamentos a fornecedores	25
12	Partes relacionadas	25
13	Impostos a recuperar	27
14	Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos	27
15	Depósitos judiciais	29
16	Ativos biológicos	29
17	Imobilizado	32
18	Fornecedores	34
19	Empréstimos e financiamentos com terceiros	34
20	Arrendamento mercantil	36
21	Impostos e contribuições a recolher	35
22	Provisão para contingências	35
23	Patrimônio líquido	35
24	Receita operacional líquida	35
25	Despesas operacionais por natureza	35
26	Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	35
27	Receitas financeiras	35
28	Despesas financeiras	35
29	Variação cambial líquida	35
30	Instrumentos financeiros	35
31	Compromissos de compra	35
32	Compromissos de vendas	35
33	Aspectos ambientais	35
34	Demonstrações do valor adicionado - DVA	35

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Companhia tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa - SP, e por objeto principal, a produção e industrialização da cana-de-açúcar, e seus derivados industriais, açúcar e etanol, para comercialização no mercado interno e externo. A Companhia vem obtendo recordes de produtividade observados nas últimas safras. Durante a safra 2015/16 a Companhia obteve uma moagem de 3,924 milhões de tonelada de cana. Além disso, conquistou indicadores importantes no processo de mecanização de colheita e mecanização do plantio de cana ao longo das últimas safras, cujo índices de mecanização alcançaram 100% nesta safra. O *mix* de produção praticado nesta safra foi de 47,82% para produção de açúcar e 52,18% para produção de etanol. É importante destacar que a Companhia tem concentrado esforços no sentido de reduzir seus custos operacionais através da otimização dos processos de colheita, carregamento e transporte, além de outras atividades como o plantio mecanizado e melhorias no processo industrial visando garantir maior qualidade aos seus produtos. Como resultado dos investimentos já realizados na indústria e agrícola, a Companhia prevê uma moagem de 4,6 milhões de toneladas de cana na Safra 2016/17, próxima à sua capacidade de processamento. Para isso, a Companhia possui contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com companhia relacionada, acionistas e terceiros que, em conjunto com a cana de fornecedores sustentam sua produção para os próximos períodos de colheita.

A Administração considera o pressuposto de continuidade normal para a elaboração destas demonstrações financeiras baseada no plano de negócios aprovado pela administração, na possibilidade de manutenção de créditos por terceiros para a viabilização de recursos de curto e longo prazo na forma de empréstimos e refinanciamentos, e na possibilidade de alongamento do pagamento de fornecimento de insumos agrícolas.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de maio de 2016.

### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

##### **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6.d.iii** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 14** - Ativos e passivos fiscais diferidos; e
- **Nota explicativa nº 22** - Provisão para contingências.

##### **Mensuração a valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado), e reportes diretamente para a Diretoria financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia são classificados como “nível 2”.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 30** - Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros classificados como moeda (USD) avaliados pelo valor justo através do *hedge accounting*; e
- E os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

## **6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

### **a. Moeda estrangeira**

#### ***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão do item listado abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- *Hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

**b. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração**

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, empréstimos - mútuos e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração**

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes, empréstimos - mútuos e outras contas a pagar.

**(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% -125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.



#### *Hedges de fluxos de caixa*

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Em outros casos, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que o item objeto do *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

#### **(v) Capital social**

##### *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício, quando aplicável.

#### **c. Investimentos**

Os investimentos foram avaliados pelo custo, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### **d. Imobilizado**

##### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de transição da Companhia para o CPC (IFRS) foi determinado com base no valor justo naquela data.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A taxa média anual para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

**2016 e 2015**

Edifícios e benfeitorias	2%
Móveis e utensílios	3%
Veículos e implementos rodoviários	6%
Máquinas e implementos agrícolas	6%
Máquinas, equipamentos e instalações	5%
Computadores e periféricos	14%
Benfeitorias em bens de terceiros	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

**e. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo.

Alterações no valor justo são reconhecidos no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo.

**f. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear no prazo médio de 5 anos.

**g. Ativos arrendados (*leasing*)**

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 6.d.iii. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

**h. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros (*incluindo recebíveis*)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras;  
ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável em 31 de março de 2016 e 2015.

**j. Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**k. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**l. Receita operacional**

**(i) Venda de produtos**

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

**m. Pagamentos de arrendamentos**

**(i) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento**

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- (a)** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- (b)** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

**n. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**o. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

### **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito no cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e suas divulgações.

### **IFRS 15 Revenue from contracts with customers (receita de contratos com clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

### **Agricultura: Plantas Produtivas (Alterações a IAS 16 e IAS 41)**

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29 / IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para o exercício iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios)
- *Accounting for acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de aquisições de Participações em Operação em Conjunto) (alteração do CPC 19 / IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)

- Melhorias Anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	5.737	42.230
Aplicações financeiras	<u>18.420</u>	<u>7.081</u>
	<u><u>24.157</u></u>	<u><u>49.311</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxas que variam entre 90% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras são realizadas com instituições de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política está adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 30.

## 9 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Contas a receber no país	5.576	6.378
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(231)</u>	<u>(231)</u>
	<u><u>5.345</u></u>	<u><u>6.147</u></u>

A exposição a riscos de moeda, relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 30.



A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

***Aging List***

**Duplicatas a receber:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Créditos a vencer	2.872	2.040
Créditos em atraso até 30 dias	1.310	3.293
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	39	55
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	-	24
Créditos em atraso acima de 90 dias	1.112	735
	<u>5.345</u>	<u>6.147</u>

## 10 Estoques

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Produtos acabados:		
Açúcar	88	3.673
Etanol	6.524	2.979
Almoxarifado	17.907	16.589
	<u>24.519</u>	<u>23.241</u>
Produtos em elaboração:		
Produtos em processo	1.709	-
	<u>1.709</u>	<u>-</u>
Total Estoques	<u>26.228</u>	<u>23.241</u>

## 11 Adiantamentos a fornecedores

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Circulante:</b>		
Adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros	26.673	26.205
Adiantamentos a fornecedores de materiais	740	157
Adiantamentos de cana - partes relacionadas - nota explicativa 12	373	139
	<u>27.786</u>	<u>26.501</u>
<b>Não circulante:</b>		
Adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros	9.003	12.566
	<u>9.003</u>	<u>12.566</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros refere-se aos saldos de adiantamentos efetuados pela Companhia a parceiros para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até 2021.

## 12 Partes relacionadas

### a. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

**b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado**

Os principais saldos de ativos e passivos 31 de março 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

		<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<b>Relacionamento</b>	<b>Saldos</b>		<b>Receitas (despesas)</b>	
<b>Ativo circulante</b>					
<i>Adiantamento a fornecedor de cana (nota explicativa nº 11)</i>					
Acionista, Diretores, Assessores e Gerentes	Pessoa física	373	139	-	-
		<u>373</u>	<u>139</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo circulante</b>					
<i>Compra de cana de açúcar (nota explicativa nº 18)</i>					
Acionistas, Diretores, Assessores e Gerentes	Pessoa física	(358)	(110)	-	-
Agropecuária Nova Europa S.A.	Pessoa física	(5.599)	(190)	(5.864)	(7.897)
		<u>(5.957)</u>	<u>(300)</u>	<u>(5.864)</u>	<u>(7.897)</u>
<b>Passivo circulante</b>					
<i>Juros sobre capital próprio</i>					
Acionistas	Pessoa física	(177)	(177)	-	-
		<u>(177)</u>	<u>(177)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo não circulante</b>					
<i>Empréstimos - mútuos:</i>					
Acionistas	Pessoa física	(17.018)	(15.700)	(1.978)	(3.513)
Outras partes relacionadas	Pessoa física	(578)	(2.132)	(114)	(236)
		<u>(17.596)</u>	<u>(17.832)</u>	<u>(2.092)</u>	<u>(3.749)</u>

***Compra de cana-de-açúcar***

O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

***Empréstimos - Mútuos - Acionistas***

Os saldos com acionistas referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1% ao mês, com prazo de vencimento indeterminado.

***Empréstimos - Mútuos - Outras partes relacionadas***

Os saldos com terceiros referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1,5% ao mês, com prazo de vencimento indeterminado.

### 13 Impostos a recuperar

	2016	2015
ICMS	43	42
ICMS s/ Imobilizado	2.811	2.829
IRRF	849	364
Cofins	10.394	7.489
Pis	3.130	3.710
Outros	<u>5.310</u>	<u>2.027</u>
	22.537	16.461
Ativo circulante	(18.992)	(13.000)
Ativo não circulante	<u>3.545</u>	<u>3.461</u>

### 14 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos e débitos tributários sobre os seguintes valores base:

**Usina Santa Fé S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2016

	2015				2016		
	Saldo em março de 2014	Reconhecidos no resultado	Não reconhecida no resultado (Ajuste no Patrimônio Líquido)	Saldo em março de 2015	Reconhecidos no resultado	Não reconhecida no resultado (Ajuste no Patrimônio Líquido)	Saldo em março de 2016
<b>Ativo circulante</b>							
IRPJ e CSLL a compensar	443	-	-	486	-	-	538
<b>Ativo não circulante</b>							
Instrumentos financeiros derivativos	1.034	3.843	-	4.877	589	(2.474)	2.992
Provisão para contingências e impostos sub <i>judice</i>	5.681	(20)	-	5.661	1.305	-	6.966
Variação cambial não realizada	11.086	(2.450)	-	8.636	488	-	9.124
<i>Hedge Accounting</i>	7.108	(1.546)	40.079	45.641	1	1.506	47.148
Prejuízos fiscais de imposto de renda	15.901	9.923	-	25.824	10.090	-	35.914
Base negativa de contribuição social	5.718	3.573	-	9.291	3.632	-	12.923
	<u>46.528</u>	<u>13.324</u>	<u>40.079</u>	<u>99.930</u>	<u>16.105</u>	<u>(968)</u>	<u>115.068</u>
<b>Passivo não circulante</b>							
Instrumentos financeiros derivativos	(1)	(50)	-	(51)	(878)	-	(929)
Custo transação	(489)	15	-	(474)	(984)	-	(1.458)
Imobilizado - Reavaliação	(3.519)	(579)	-	(4.098)	482	-	(3.616)
Imobilizado - Custo atribuído	(7.311)	2.542	-	(4.769)	1.239	-	(3.530)
Imobilizado - Depreciação Econômica	(30.243)	(4.703)	-	(34.947)	(3.368)	-	(38.315)
Ativo biológico	(2.560)	(1.522)	-	(4.082)	(2.475)	-	(6.557)
	<u>(44.123)</u>	<u>(4.297)</u>	<u>-</u>	<u>(48.421)</u>	<u>(5.984)</u>	<u>-</u>	<u>(54.405)</u>
Líquido	<u>2.405</u>	<u>9.027</u>	<u>40.079</u>	<u>51.509</u>	<u>10.122</u>	<u>(968)</u>	<u>60.663</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.957)	(32.637)
Alíquota Fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	12.565	11.097
Diferenças permanentes adições (exclusões): Adições / Exclusões permanente	(2.443)	(2.070)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10.122	9.027
Alíquota fiscal efetiva	27%	28%

## **15 Depósitos judiciais**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Depósitos Recursais Cíveis	110	-
Depósitos Recursais Trabalhistas	2.775	2.594
INSS - Depósito Judicial	14.063	13.993
Depósito Judicial - Serviço Passagem	631	424
	<u>17.579</u>	<u>17.011</u>

## **16 Ativos biológicos**

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos Biológicos onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de corte, carregamento e transporte (CCT) no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

O saldo do ativo biológico da Companhia é composto pelo custo de formação da cana e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda da seguinte forma:

	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de Março de 2014</b>	<b>166.205</b>
Aumento de novas plantações e tratos	100.942
Diminuição devido a colheita	(69.151)
Mudança no valor justo do ativo biológico	4.479
<b>Saldo em 31 de Março de 2015</b>	<b><u>202.475</u></b>
Aumento de novas plantações e tratos	80.277
Diminuição devido a colheita	(66.865)
Mudança no valor justo do ativo biológico	7.279
<b>Saldo em 31 de Março de 2016</b>	<b><u><u>223.167</u></u></b>

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

2016/2017	64.212
2017/2018	38.709
2018/2019	28.322
2019/2020	20.831
2020/2021	17.824
2021/2022	13.414
2022/2023	188
2023/2024	179
2024/2025	170
2025/2026	<u>598</u>
Total	184.447
Ativo biológico em formação	<u>38.721</u>
<b>Total</b>	<b><u><u>223.167</u></u></b>

Para o atendimento do CPC 29 - ativo biológico a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes as soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé. De acordo com as práticas contábeis, esses dois componentes devem ser apresentados como um único ativo no balanço patrimonial, uma vez que a produção agrícola não pode ser reconhecida separadamente do ativo biológico a que se refere até a colheita. Como as soqueiras não se enquadram na definição de ativo circulante de acordo com o CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras item 66, os ativos biológicos devem ser classificados como não circulante.

### **Lavouras de cana-de-açúcar**

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2016	2015
Área estimada de colheita (hectares)	29.823	27.121
Produtividade média prevista por safra (tons de cana/hectares)	94,03	85,76
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	133	137
Valor do Kg de ATR	0,56	0,51

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

***Riscos regulatórios e ambientais***

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

***Riscos de oferta e demanda***

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

***Riscos climáticos e outras***

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

## 17 Imobilizado

### a. Movimentação do custo

	2015				2016				
	Saldo Total	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Total	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Total
Terras	1.196	-	-	-	1.196	-	-	-	1.196
Edifícios e Benfeitorias	26.002	-	-	1.187	27.189	-	-	569	27.758
Móveis e Utensílios	4.000	-	(3)	500	4.497	-	(10)	850	5.337
Veículos e implementos rodoviários	54.662	-	(3.404)	10.792	62.050	-	(1.467)	2.221	62.804
Máquinas e implementos agrícolas	103.383	118	(4.597)	11.273	110.177	-	(6.704)	6.329	109.802
Máquinas, equipamentos e instalações	240.490	-	(28)	4.656	245.118	-	(501)	7.826	252.443
Computadores e periféricos	2.171	-	(10)	344	2.505	-	-	209	2.714
Benfeitorias em bens de terceiros	1.234	-	-	-	1.234	-	-	361	1.595
Obras em andamento	20.100	25.070	(395)	(25.995)	18.780	13.177	(235)	(17.771)	13.951
Adiantamentos a fornecedores	243	2.735	-	(2.931)	47	1.246	-	(665)	628
Imobilizações - entressafra	31.984	39.115	(38.954)	-	32.145	30.152	(36.623)	-	25.674
Outros	195	-	-	-	195	30	-	-	225
Bens em comodato	-	367	(34)	-	333	684	(460)	-	557
	<u>485.660</u>	<u>67.405</u>	<u>(47.425)</u>	<u>(174)</u>	<u>505.466</u>	<u>45.289</u>	<u>(46.000)</u>	<u>(71)</u>	<u>504.684</u>



**b. Movimentação da depreciação**

	Saldo Total	2015			Saldo Total	2016			Saldo Total
		Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	Transferências	
Edifícios e Benfeitorias	(3.988)	(524)	-	-	(4.512)	(578)	-	-	(5.090)
Móveis e Utensílios	(1.069)	(387)	-	-	(1.456)	(492)	30	-	(1.918)
Veículos e implementos rodoviários	(22.930)	(5.055)	1.144	-	(26.841)	(5.439)	623	-	(31.657)
Máquinas e implementos agrícolas	(34.477)	(9.573)	1.833	-	(42.217)	(9.636)	3.049	-	(48.804)
Máquinas, equipamentos e instalações	(88.117)	(12.420)	4	-	(100.533)	(13.016)	167	-	(113.382)
Computadores e periféricos	(1.358)	(182)	3	-	(1.537)	(177)	-	-	(1.714)
Benfeitorias em bens de terceiros	(167)	(21)	-	-	(188)	(23)	-	-	(211)
	<u>(152.106)</u>	<u>(28.162)</u>	<u>2.984</u>	<u>-</u>	<u>(177.284)</u>	<u>(29.361)</u>	<u>3.869</u>	<u>-</u>	<u>(202.776)</u>
<b>Valor líquido contábil</b>	<b><u>333.554</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>328.182</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>301.908</u></b>

***Garantia***

Em 31 de março de 2016, parcela substancial dos bens estão garantindo operações de financiamentos captados junto às instituições financeiras.

***Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa***

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

## 18 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores diversos	38.896	28.691
Fornecedores de cana	44.094	18.747
Fornecedores de cana - Partes relacionadas (Nota 12)	5.957	300
	<u>88.947</u>	<u>47.738</u>
Passivo circulante	<u>(87.787)</u>	<u>(43.981)</u>
Passivo não circulante	<u>1.160</u>	<u>3.757</u>

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 30.

## 19 Empréstimos e financiamentos com terceiros

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 30 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2016	2015
<b>Moeda nacional:</b>		
Custeio - 6,75% a.a.	-	19
FINAME - Juros pré-fixados de 1,35% a 8,7% a.a. mais variação da TJLP	36.003	51.450
Leasing - Juros médios pré-fixados de 1,20% a.m. a 3,20% a.a. mais variação do CDI (nota nº20)	894	2.115
Crédito Direto ao Consumidor - juros pré-fixados de 2,5% a 6,5% a.a. mais variação CDI	194	320
BNDES PASS - juros pré-fixados a taxa de 7,70% a.a.	-	1.672
Nota de Crédito de Exportação - juros pré-fixados de 2,20% a 5,50% a.a. mais variação CDI	182.618	119.769
Capital de Giro - juros pré-fixados de 9,60% a.a.	-	13.986
<b>Moeda estrangeira:</b>		
Adiantamento sobre Contratos de Câmbio - juros de 2,15% a 5,50% a.a. mais variação cambial	14.453	41.100
Pré-pagamento de exportação - juros de 1,47% a 8,50% a.a. mais variação cambial	<u>346.327</u>	<u>367.055</u>
	580.489	597.486
Parcelas a amortizar no curto prazo classificadas no passivo circulante	<u>193.717</u>	<u>184.927</u>
Passivo não circulante	<u>386.772</u>	<u>412.559</u>

Em 31 de março de 2016 as parcelas do passivo circulante e passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2016
01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017	193.717
01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018	179.899
01 de abril de 2018 a 31 de março de 2019	125.139
01 de abril de 2019 a 31 de março de 2020	60.897
01 de abril de 2020 a 31 de março de 2021	20.057
01 de abril de 2021 a 31 de março de 2024	780
	<hr/>
	580.489

### Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Para os empréstimos e financiamentos acima apresentados, a Companhia ofereceu as seguintes garantias:

Modalidade de captação	Garantias
Finame	Alienação fiduciária dos bens financiados
Leasing	Alienação fiduciária dos bens financiados
NCE – Nota de Crédito de Exportação	Penhor mercantil, Penhor Rural (Terras), Garantia das ações
PPE – Pré-pagamento de Exportações	Penhor Agrícola (Cana), Penhor Rural (Terras), Nota promissória,
ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio	Contratos de exportações
	Aval de Nota Promissória

Ao longo do exercício a Usina Santa Fé S.A. renegociou as condições determinadas em contrato de duas operações sindicalizadas passadas, unificando as exigências dos indicadores financeiros (*covenants* financeiros) de forma a manter os mesmos indicadores contratados na última transação sindicalizada datada de 23/12/2015. Os *covenants* financeiros decorrentes dos financiamentos acima que devem ser observados para esse exercício e para os exercícios subsequentes são:

- Razão entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 4,3 na verificação relativa ao exercício encerrado em 31 de março de 2016; e menor ou igual a 3,9 na verificação relativa ao exercício a encerrar-se em 31 de março de 2017 e 3,8 nas verificações relativas aos exercícios a encerrar-se em 31 de março de 2018 a 2020;
- Razão entre Dívida Líquida de Curto Prazo e Dívida Líquida menor ou igual a 0,35 nas verificações relativas aos exercícios encerrado e a encerrar-se em 31 de março de 2016 a 2020; e
- Razão entre Ativo Circulante e Passivo Circulante maior do que 0,6 nos exercícios sociais a encerrar-se em 31 de março de 2017 a 2020 ("Índice de Liquidez").

Tais contratos também estão sujeitos a obrigações contratuais não financeiras (*covenants* não financeiros), comum a este tipo de operações, sendo as principais:

- Não ceder, transferir ou alienar bens do ativo imobilizado de valor individual ou cumulativo substanciais;
- Não incorrer em mudanças no ramo de atividades; e

- Não realizar mudanças de práticas contábeis, ou promover reavaliações de ativos, exceto as permitidas segundo a legislação societária.

A Companhia cumpriu as obrigações relacionadas à manutenção dos indicadores na data de encerramento do exercício, bem como aos *covenants* não financeiros, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

## 20 Arrendamento mercantil

A Companhia possui em seu ativo contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 2 e 5 anos, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Os bens decorrentes de operações de *leasing* financeiro encontram-se registrados no ativo imobilizado da Companhia.

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para, 45 ativos em veículos, 4 ativos em máquinas e equipamentos agrícolas e 4 ativos em equipamento e processamento de dados. Os contratos possuem prazo de duração entre 2 e 5 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado e intangível da Companhia.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	2016	2015
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	825	135
Veículos	1.751	2.415
Equipamentos e processamentos de dados	181	314
Total	<u>2.757</u>	<u>2.864</u>

Durante o período findo em 31 de março de 2016, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 212 (R\$ 375 em março de 2015) relativo a despesas com juros e R\$ 586 (R\$ 554 em março de 2015) relativo à despesa de depreciação. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2016		2015	
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	615	615	916	916
De dois até três anos	279	279	1.199	1.199
	<u>894</u>	<u>894</u>	<u>2.115</u>	<u>2.115</u>

## 21 Impostos e contribuições a recolher

	2016	2015
Parcelamento - Lei 11.941/09	15.451	20.124
IRRF	190	192
ICMS corrente	1.473	5.037
ICMS - Parcelamento	8.103	3.373
INSS - Funrural	1.210	838
Outros	<u>1.602</u>	<u>2.185</u>
Total	28.029	31.749
Passivo circulante	<u>(12.744)</u>	<u>(12.020)</u>
Passivo não circulante	<u>15.285</u>	<u>19.729</u>

### a. Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Em novembro de 2009, a Companhia optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até 30 de novembro de 2008, através da adesão ao programa REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o qual foi consolidado em junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil ("RFB") e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN").

Nos termos da legislação pertinente, a Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos das parcelas mensais do referido parcelamento, como condição essencial à sua manutenção. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a exclusão e o cancelamento dos benefícios concedidos e também a exigência imediata dos débitos vencidos e a vencer, no seu valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os pagamentos previstos para esse parcelamento.

## 22 Provisão para contingências

Baseada na opinião dos assessores jurídicos a Companhia constituiu provisão para contingências de processos trabalhista e cível em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	2016	2015
Trabalhistas	6.401	2.658
Previdenciária - INSS	14.063	13.993
Cíveis	<u>25</u>	<u>-</u>
Total	<u>20.489</u>	<u>16.651</u>

### **Contingências passivas não registradas**

A Companhia é parte em outros processos, nos quais a Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foi objeto de provisão para contingências. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2016 estavam representadas por ações tributárias, no montante de R\$ 7.146 (R\$ 3.276 em 2015).

## **23 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

O capital social no montante de R\$ 96.592, está representado por 62.217.000 (idêntico em 31 de março de 2015) ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

### **b. Reservas**

- **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados.
- **Reserva de reavaliação** - Decorrentes de ativos próprios, cujo imposto de renda e contribuição social diferidos estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada, na proporção da depreciação, alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados, de acordo com as práticas contábeis.
- **Reserva de retenção de lucros** - Constituída em razão do saldo remanescente do lucro após distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, é destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital devidamente aprovado em assembleia geral.

### **c. Ajuste de avaliação patrimonial**

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem, e perdas com *hedge* de fluxo de caixa.

### **d. Remuneração aos acionistas -**

Os dividendos poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

## 24 Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo. Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	2016	2015
Receitas Operacionais		
Açúcar	244.765	209.347
Etanol	248.592	201.162
Outras receitas	28.827	28.277
	<hr/>	<hr/>
Receita bruta fiscal	522.184	438.786
CPC 38 - <i>Hedge Accounting</i>	(48.624)	(12.943)
	<hr/>	<hr/>
Receita ajustada pelo <i>Hedge Accounting</i>	473.560	425.843
Menos:		
Impostos sobre vendas	(40.825)	(36.047)
Devoluções e abatimentos	(248)	(352)
	<hr/>	<hr/>
Total de receita contábil	432.487	389.444
	<hr/>	<hr/>

## 25 Despesas operacionais por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2016	2015
<b>Despesas operacionais por natureza:</b>		
Matéria prima consumida (cana-de-açúcar)	303.023	273.330
Despesa com pessoal	39.670	42.822
Frete, transbordo e armazenagem	15.523	14.129
Depreciação e amortização	14.883	13.817
Outros gastos	22.680	19.291
Despesa com comercialização	330	375
Manutenção	8.043	8.549
Materiais transferidos/recebidos	51	314
Impostos e taxas	176	186
	<hr/>	<hr/>
	404.379	372.813
	<hr/>	<hr/>
<b>Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:</b>		
Custos dos produtos vendidos	357.709	326.204
Despesas de vendas	17.403	16.291
Despesas administrativas e gerais	29.267	30.318
	<hr/>	<hr/>
	404.379	372.813
	<hr/>	<hr/>

## 26 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	2016	2015
Participações no Resultado	(3.990)	(5.542)
Impostos e Taxas sobre outras operações	2.048	(700)
Recuperação com sinistros	221	147
Resultado na venda/baixa de ativos	(3.581)	(3.752)
Provisão para contingências	(6.698)	(1.395)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	4.472	2.801
	<u>(7.528)</u>	<u>(8.441)</u>

## 27 Receitas financeiras

	2016	2015
Receitas com operações financeiras	1.084	433
Juros atualização créditos tributários e contingências	571	115
Juros demais operações e descontos financeiros	2.516	172
	<u>4.171</u>	<u>720</u>

## 28 Despesas financeiras

	2016	2015
Instrumentos financeiros derivativos	(2.976)	(13.776)
Juros apropriados sobre financiamentos	(51.439)	(37.413)
Juros conta corrente mercantil	(3.153)	(2.171)
Juros tributários - parcelamento e contingências	(2.886)	(1.552)
Descontos concedidos	(9)	(17)
Juros demais operações	(3.355)	(5.423)
	<u>(63.818)</u>	<u>(60.352)</u>

## 29 Variação cambial líquida

	2016	2015
Variação cambial ativa	24.724	22.343
Variação cambial passiva	(29.893)	(8.017)
<b>Variação cambial líquida</b>	<u>(5.169)</u>	<u>14.326</u>



## 30 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2016								
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.100	57	-	24.157	24.157	-	-
Contas a receber de clientes	9	-	5.345	-	5.345	-	-	-
Outros créditos		-	10.292	-	10.292	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		2.733	-	-	2.733	-	2.733	-
Total		26.836	15.694	-	42.530	24.160	2.733	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	89.678	89.678	-	-	-
Empréstimos e financiamentos com terceiros	19	-	-	580.489	580.489	-	580.489	-
Adiantamentos de clientes		-	-	3.337	3.337	-	-	-
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	12	-	-	17.596	17.596	-	17.596	-
Instrumentos financeiros derivativos		8.799	-	-	8.799	-	8.799	-
Total		8.799	-	691.100	699.899	-	606.884	-
	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2015								
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.289	22	-	49.311	49.311	-	-
Contas a receber de clientes	9	-	6.147	-	6.147	-	-	-
Outros créditos		-	4.239	-	4.239	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		149	-	-	149	-	149	-
Total		49.438	10.408	-	59.846	49.311	149	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	47.981	47.981	-	-	-
Empréstimos e financiamentos com terceiros	19	-	-	597.486	597.486	-	597.486	-
Adiantamentos de clientes		-	-	4.255	4.255	-	-	-
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	12	-	-	17.832	17.832	-	17.832	-
Instrumentos financeiros derivativos		14.344	-	-	14.344	-	14.344	-
Total		14.344	-	667.554	681.898	-	629.662	-

**b. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

***Caixa e equivalentes de caixa***

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

***Instrumentos financeiros derivativos***

O valor justo de contratos a termo e de swaps de fluxos de caixa é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

***Empréstimos e financiamentos***

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Passivos financeiros não derivativos.

**c. Gerenciamento de risco financeiro**

***Visão geral***

Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e

- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### ***Estrutura de gerenciamento de risco***

#### ***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamentos a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com empresas de *Trading*, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas empresas. Para as operações de adiantamentos a fornecedores de cana, são firmados contratos de parceria, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina. Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como mantém operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.157	49.311
Contas a receber de clientes	9	5.345	6.147
Instrumentos financeiros derivativos		<u>2.733</u>	<u>149</u>
		<b><u>32.235</u></b>	<b><u>55.607</u></b>

Para os saldos apresentados no grupo de aplicações financeiras 85% do saldo concentra-se em três instituições financeiras. No entanto, a Companhia possuía junto a essas instituições operações de empréstimos financiamentos cujos saldos devedores naquela data eram significativamente superiores aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

***Perdas por redução no valor recuperável***

Na data de 31 de março de 2016 a Usina possuía somente R\$ 231 a título de provisão para devedores duvidosos referente a recebíveis. Este item está sendo detalhado na nota explicativa nº 9.

***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Usina possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

A seguir, estão os passivos financeiros demonstrados por na o de vencimento.

<b>2016</b>					
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	24.157	24.157	-	-	-
Contas a receber de clientes	5.345	5.345	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.733	2.733	-	-	-
<b>Total</b>		<b>32.235</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	89.678	88.518	1.160	-	-
Empréstimos e financiamentos	580.489	193.717	305.038	80.954	780
Adiantamentos de clientes	3.337	3.337	-	-	-
Partes relacionadas	17.596	-	-	-	17.596
Instrumentos financeiros derivativos	8.799	3.344	5.455	-	-
<b>Total</b>		<b>288.916</b>	<b>311.653</b>	<b>80.954</b>	<b>18.376</b>

<b>2015</b>					
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	49.311	49.311	-	-	-
Contas a receber de clientes	6.147	6.147	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	149	149	-	-	-
<b>Total</b>		<b>55.607</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar	47.981	44.224	3.757	-	-
Empréstimos e financiamentos	597.486	184.927	168.538	241.816	2.205
Adiantamentos de clientes	4.255	4.255	-	-	-
Partes relacionadas	17.832	-	-	-	17.832
Instrumentos financeiros derivativos	14.344	8.436	5.908	-	-
<b>Total</b>		<b>241.842</b>	<b>178.203</b>	<b>241.816</b>	<b>20.037</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. O cenário apresentado acima não contempla contratos de exportação firmados para as próximas safras, de forma que este quadro não reflete o fluxo de caixa efetivo para os próximos períodos.

#### *Risco de mercado*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a empresa de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

#### *Risco cambial*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições. A gestão da exposição cambial da Usina consiste na análise do *hedge* natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção.

Exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrado no quadro a seguir, pelos montantes de principal (nacional em R\$):

	2016		2015	
	R\$	USD	R\$	USD
Empréstimos e financiamentos	(360.780)	(101.391)	(408.155)	(127.230)
<b>Exposição Líquida</b>	<b>(360.780)</b>	<b>(101.391)</b>	<b>(408.155)</b>	<b>(127.230)</b>

### ***Análise de sensibilidade***

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2016, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2016 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25%	50%	25%	50%
<b>Instrumentos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	360.780	450.975	541.170	270.585	180.390
Instrumentos Financeiros - <i>NDF</i>	2.733	3.416	4.100	2.050	1.367
Efeito no patrimônio líquido		(90.878)	(181.757)	90.878	181.757

### ***Risco taxa juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

Exposição líquida em taxa juros variáveis está demonstrado no quadro a seguir.

	Nota	2016	2015
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	24.157	49.311
Empréstimos e financiamentos	19	<u>(580.489)</u>	<u>(597.486)</u>
<b>Líquido</b>		<b><u>(556.332)</u></b>	<b><u>(548.175)</u></b>

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Usina possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Companhia, já que esse não é o principal risco.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Empresa. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos um incremento de 25% nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II um aumento de 50%.

#### ***Análise de sensibilidade para exposições a taxas de juros***

Taxas de juros	Saldo R\$	Cenário (prazo de 1 ano)		
		Provável	Cenário I	Cenário II
			25%	50%
Taxa CDI em 31.03.2016		14,13%	17,66%	21,20%
Caixa e equivalentes de caixa	24.160	3.414	4.267	5.121
Empréstimos e financiamentos	580.489	(82.023)	(102.529)	(123.035)
Efeito no resultado			(19.653)	(39.305)

#### ***Risco operacional***

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

### *Risco de estrutura de capital*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

### ***Instrumentos financeiros designados para Hedge Accounting***

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Usina Santa Fé administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial da Companhia.

A partir de abril de 2013, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos de dívidas e derivativos para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com objetivo de se proteger a volatilidade das receitas de suas exportações em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizadas como altamente provável, de exportação à fixar em moeda estrangeira ( dólar americano USD ), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como dívidas em moeda estrangeira (Dólar Americano) e derivativos como *NDF (Non-Deliverable Forward)*, em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.



***Instrumentos de proteção designados para Hedge Accounting e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações***

ITEM DE HEDGE		INSTRUMENTO DE HEDGE:			
		US\$	US\$	US\$	US\$
	<i>Budget em US\$</i>			<i>Total</i>	
<i>Data prevista</i>	<i>(Hedgeado)</i>	<i>ACC</i>	<i>NDF</i>	<i>Instrumentos</i>	<i>Rolagem</i>
abr/16	981.069	531.069	450.000	981.069	-
mai/16	5.136.631	4.336.631	800.000	5.136.631	-
jun/16	874.497	74.497	800.000	874.497	-
jul/16	1.510.201	360.201	1.150.000	1.510.201	-
ago/16	8.864.565	10.364.547	1.250.000	8.864.565	(2.749.983)
set/16	7.500.205	4.000.223	750.000	7.500.205	2.749.983
out/16	3.773.342	3.773.342	-	3.773.342	-
nov/16	10.461.509	11.815.358	-	10.461.509	(1.353.849)
dez/16	5.571.405	4.217.556	-	5.571.405	1.353.849
jan/17	273.083	273.083	-	273.083	-
abr/17	584.981	584.981	-	584.981	-
mai/17	1.159.595	1.159.595	-	1.159.595	-
jun/17	70.772	70.772	-	70.772	-
jul/17	341.263	341.263	-	341.263	-
ago/17	9.023.478	9.862.350	-	9.023.478	(838.871)
set/17	5.075.855	4.236.984	-	5.075.855	838.871
out/17	7.273.380	7.273.380	-	7.273.380	-
nov/17	10.649.051	11.752.475	-	10.649.051	(1.103.424)
jan/18	1.265.164	161.740	-	1.265.164	1.103.424
abr/18	410.477	410.477	-	410.477	-
mai/18	583.213	583.213	-	583.213	-
jun/18	52.148	52.148	-	52.148	-
jul/18	212.205	212.205	-	212.205	-
ago/18	9.190.580	9.822.937	-	9.190.580	(632.357)
set/18	1.428.918	796.561	-	1.428.918	632.357
out/18	5.151.391	5.151.391	-	5.151.391	-
nov/18	9.670.781	9.670.781	-	9.670.781	-
jan/19	92.423	92.423	-	92.423	-
abr/19	234.558	234.558	-	234.558	-
mai/19	28.838	28.838	-	28.838	-
jun/19	29.799	29.799	-	29.799	-
jul/19	121.260	121.260	-	121.260	-
ago/19	779.799	779.799	-	779.799	-
set/19	774.212	774.212	-	774.212	-
out/19	5.060.446	5.060.446	-	5.060.446	-
nov/19	763.037	763.037	-	763.037	-
jan/20	23.106	23.106	-	23.106	-
abr/20	59.131	59.131	-	59.131	-
mai/20	7.209	7.209	-	7.209	-
jun/20	7.450	7.450	-	7.450	-
jul/20	30.315	30.315	-	30.315	-
ago/20	2.414.984	2.414.984	-	2.414.984	-

A Usina Santa Fé realizará a rolagem de instrumentos designados para *hedge*, para períodos equivalentes à expectativa de exportações. Desta forma, a Companhia irá adequar o montante de instrumentos x objetos de *hedge* com vistas a adequar a relação de *hedge* nos próximos exercícios.

***Ganhos e perdas de instrumentos financeiros designados para contabilidade de hedge***

Seguem a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado operacional e no patrimônio líquido, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de *hedge*.

<b>Efeito Contábil - Instrumento de Hedge</b>		
<b>Operação</b>	<b>Não realizado</b>	<b>Realizado</b>
Não Derivativos (Variação Cambial)	(2.923)	(34.051)
Derivativos (Valor Justo)	4.798	(14.573)
Total líquido dos impostos diferidos	1.875	(48.624)

***Resultado referente aos instrumentos financeiros***

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março 2016 e 2015 que afetaram a demonstração de resultado:

<b>Resultado de operações mantidas para negociação</b>	<b>Resultado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos com derivativos	130.324	29.315
Ajustes mercado termo - <i>NDF's</i>	-	41
Ajuste <i>Swap</i> sobre financiamentos	(3.835)	(7.159)
Perdas com derivativos	(129.465)	(35.909)
Ajustes mercado termo - <i>NDF's</i>	-	(64)
	<b>(2.976)</b>	<b>(13.776)</b>

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de *Swap* de dólar, *Swap* de *Libor*, *NDFs* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

## **31 Compromissos de compra**

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com companhia relacionada, acionistas e terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pelas Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

### 32 Compromissos de vendas

A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2016/2017. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Safra	Volume - toneladas
2016/2017	145.745
Total	145.745

Conforme item 5 do CPC 38 - Instrumentos financeiros, o pronunciamento técnico deve ser aplicado àqueles contratos de compra ou venda de item não financeiro que possam ser liquidados pelo valor líquido em dinheiro ou com outro instrumento financeiro, ou pela troca de instrumentos financeiros, como se os contratos fossem instrumentos financeiros, com exceção dos contratos celebrados e que continuam a ser mantidos para recebimento ou entrega de item não financeiro, de acordo com os requisitos de compra, venda ou uso esperados pela entidade. As informações desta nota explicativa estão na exceção do CPC 38 item 5.

### 33 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

### 34 Demonstrações do valor adicionado - DVA

A Companhia está apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Companhia.